

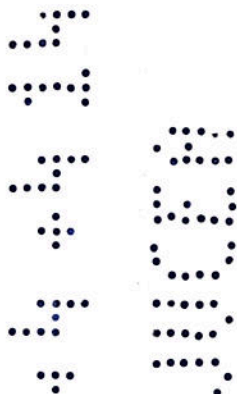
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA 1ª EMISSÃO DA CALOI NORTE  
S.A.**

*celebrado entre*

**CALOI NORTE S.A.**  
*como Companhia*

*E*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*



\_\_\_\_\_  
Datado de  
18 de março de 2014  
\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA 1ª EMISSÃO DA CALOI NORTE S.A.**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª Emissão da Caloi Norte S.A." ("**Escritura**" ou "**Escritura de Emissão**"):

I.                como Companhia e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("**Debêntures**"):

**Caloi Norte S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Av Abiurana, 150, inscrita no CNPJ/MF nº 04.301.024/0001-31, e com escritório administrativo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11857, 15º andar, CEP 04578-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.301.024/0005-65, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**" ou "**Emissora**");

II.              como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a ~~comunhão~~ dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"):

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 4.200, Bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1.     AUTORIZAÇÃO

1.1    A emissão das Debêntures, a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**") e a presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas seguintes autorizações:

(i)     assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 18 de março de 2014 ("**AGE da Emissora**"), na qual foram deliberadas, dentre outros temas, a aprovação das condições da Emissão (conforme definido abaixo), conforme disposto no parágrafo 1º, artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"); e

## 2. REQUISITOS

2.1 A 1ª emissão pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Companhia ("**Emissão**") será realizada com observância aos seguintes requisitos:

- i. arquivamento e publicação da ata AGE da Emissora. A AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("**JUCEA**") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas ("**DOEA**") e no jornal "Diário do Comércio de Manaus" ("**Jornais de Publicação da Companhia**"), nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- ii. inscrição desta Escritura de Emissão. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEA, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente inscrita nos termos do presente inciso, dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis, após a respectiva inscrição;  
.....
- iii. registro para distribuição e negociação. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e, sujeito ao disposto na Cláusula 5.4 abaixo, negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP 21**"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;  
.....
- iv. dispensa de registro na CVM. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- v. registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"). Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, item I do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 ("**Código ANBIMA**"), a Oferta será registrada na ANBIMA apenas para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("**Oferta**"), sendo que tal registro está condicionado à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA.

2.2 A Companhia encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da AGE da Emissora devidamente arquivada na JUCEA, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme



definido abaixo) contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

### 3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 O objeto social da Companhia compreende a indústria e o comércio de bicicletas, motocicletas, motonetas, motociclos, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, brinquedos, aparelhos para ginástica e ortopédicos, carrinhos de tração manual, veículos com e sem mecanismos de propulsão, artefatos, geradores de força, motores elétricos e a explosão, bem como suas peças, acessórios ou quaisquer tipos de componentes, acessórios esportivos, a exportação ou importação desses produtos, a intermediação de negócios e a representação comercial dentro e fora do País, a instituição e exploração de eventos esportivos ou de outra natureza, a instituição, contratação e execução de consórcios de produtos, assessoramento e/ou agenciamento internacional na comercialização de bens ou artigos de consumo, duráveis ou não, e, principalmente, aqueles constantes do objeto principal, prestação de serviços de assessoramento e planejamento industrial e/ou comercial, exploração da marca "Caloi", inclusive através de cessão remunerada, mediante o lançamento comercial de quaisquer produtos de fabricação própria ou de terceiros, notadamente para designar produtos destinados à prática esportiva ou à simples recreação.

### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos provenientes da Oferta serão destinados para alongamento do perfil de dívida da Emissora.

### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da 1ª Emissão da Caloi Norte S.A." ("**Contrato de Distribuição**"), com intermediação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Coordenador Líder**"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

5.2 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

5.3 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no



ato de subscrição ("**Data de Integralização**"), em uma única data, em moeda corrente nacional, e em conformidade com o item 5.1 acima, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo).

5.4 *Negociação*. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observando o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis.

## 6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão*. As Debêntures representam a 1ª emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão*. O valor total da emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

6.3 *Quantidade*. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

6.4 *Valor Nominal Unitário*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

6.5 *Série*. A emissão será realizada em série única.

6.6 *Forma*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido, por esta, extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7 *Banco Liquidante e Escriturador Mandatário*. O banco liquidante e escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, n.º 1111, 2º andar – parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.479.023/0001-80 ("**Banco Liquidante**" e "**Escriturador Mandatário**").

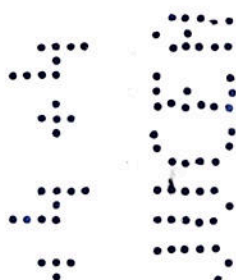
6.8 *Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

6.9 *Espécie.* As Debêntures serão de espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução.


6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de março de 2014 ("**Data de Emissão**").

6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de março de 2019 ("**Data de Vencimento**").

6.12 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do final do 2º (segundo) ano, inclusive, contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento, portanto, em 21 de março de 2016 e o último na Data de Vencimento, de acordo com a tabela abaixo:



| <b>Data de Amortização</b> | <b>% do Valor Nominal Unitário</b> |
|----------------------------|------------------------------------|
| 21.03.2016                 | 14,25%                             |
| 21.09.2016                 | 14,25%                             |
| 21.03.2017                 | 14,25%                             |
| 21.09.2017                 | 14,25%                             |
| 21.03.2018                 | 14,25%                             |
| 21.09.2018                 | 14,25%                             |
| 21.03.2019                 | Saldo                              |

6.13 *Vencimento Antecipado.* Observados os termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observados os procedimentos descritos nos itens 6.14 a 6.19 abaixo, na ciência da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um "**Evento de Vencimento Antecipado**"): 



- a) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, que não seja sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- b) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do respectivo inadimplemento;
- c) transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Companhia, que tenham sido originados nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido);
- d) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes;
- e) (i) decretação de falência da Companhia ou de sua controladora, direta ou indireta; (ii) pedido de autofalência pela Companhia ou de sua controladora, direta ou indireta; (iii) pedido de falência da Companhia ou de sua controladora, direta ou indireta, formulado por terceiros não impugnado no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e de sua controladora, direta ou indireta, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia ou de sua controladora, direta ou indireta;
- f) redução do capital social da Companhia, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação que tenha um efeito caixa similar envolvendo a Companhia, sem a anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- g) qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, cisão ou incorporação (bem como incorporação de ações), salvo (i) a aquisição das ações remanescentes da Emissora, pela controladora direta ou indireta da Companhia, pela Dorel Industries Inc., ou por qualquer outra empresa em que a Dorel Industries Inc. detenha uma participação, direta ou indireta, de 100% do seu capital social; ou (ii) se for obtida a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- h) alteração e/ou transferência do controle acionário da Companhia, salvo se houver autorização prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e salvo se houver transferência do controle direto ou indireto para outra empresa do



grupo que seja subsidiária 100% da Dorel Industries Inc.;

- i) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória que possa impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia;
- j) concessão pela Companhia de mútuos, empréstimos ou adiantamentos (exceto aqueles necessários para a execução das atividades diárias necessárias para manutenção do curso usual dos negócios da Companhia), bem como avais, fianças ou outras garantias fidejussórias para terceiros, salvo (i) se o valor, individual ou agregado, for inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas ou (ii) se aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- k) transformação do tipo societário da Companhia para sociedade limitada;
- l) vencimento antecipado de qualquer dívida bancária e/ou de mercado de capitais da Companhia e da sua controladora, direta ou indireta e/ou de suas respectivas controladas;
- m) inadimplemento de qualquer dívida bancária e/ou de mercado de capitais da Companhia e da sua controladora, direta ou indireta, e/ou de suas respectivas controladas, que não seja sanado (a) no prazo de cura específico do referido contrato, caso haja, ou (b) em não havendo prazo de cura específico, (i) para a Companhia, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data em que tal obrigação de pagamento tornou-se inadimplida e (ii) para sua controladora, direta ou indireta, e/ou de suas respectivas controladas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data em que tal obrigação de pagamento tornou-se inadimplida;
- n) vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira (que não seja dívida bancária ou de mercado de capitais) da Companhia, sua controladora, direta ou indireta, e ou de suas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- o) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação financeira (que não seja dívida bancária ou de mercado de capitais) da Companhia, sua controladora, direta ou indireta e ou de suas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado: (a) no prazo de cura específico do referido contrato, caso haja, ou (b) em não havendo prazo de cura específico, (i) para a Companhia, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data em que tal obrigação de pagamento tornou-se inadimplida e (ii) para sua controladora, direta ou indireta e ou de suas controladas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da data em que tal obrigação de

pagamento tornou-se inadimplida;

- p) protestos de títulos contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, seja validamente comprovado pela Companhia que: (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora no prazo legal;
- q) descumprimento, pela Companhia ou de sua controladora, direta ou indireta, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia ou de qualquer decisão judicial, em todos os casos, que resulte em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial) e que envolva o valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- r) se for proferida sentença final desfavorável aos interesses da Companhia obrigando-a a pagar valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- s) alteração no objeto social da Companhia conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, que resulte ou possa resultar em desvios significativos à atividade principal desenvolvida pela Companhia e/ou por qualquer uma de suas controladas, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- t) exceto no que se refere aos ativos que já estejam onerados na data desta Escritura de Emissão e do contas a receber da Companhia, alienação e/ou oneração pela Companhia de quaisquer ativos, que não os produtos comercializados pela Companhia em decorrência de sua atividade principal, ou bens, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto mediante prévio consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- u) arresto, confisco, desapropriação, estatização sequestro ou penhora de bens ou receitas da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fato, tal arresto, confisco, desapropriação, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;



- v) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- w) pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da Companhia se a Companhia estiver inadimplente com qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- x) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), bem como na regulamentação aplicável), afete, de forma relevante negativamente a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras;
- y) descumprimento por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e exceto se tais leis, normas ou regulamentos estiverem com sua exigibilidade e/ou efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa dentro do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data do referido descumprimento pela Emissora; e
- z) não atendimento, pela Emissora, do índice financeiro relacionado a seguir ("Índices Financeiros"), a ser calculado pela Emissora e acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações anuais auditadas divulgadas pela Emissora em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, juntamente com o relatório da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2014 e as demais verificações ocorrerão até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. O agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Dívida Financeira Líquida / EBITDA inferior a 3,75 em 2014 e inferior a 3,0 de 2015 em diante.

Onde:

"Dívida Financeira Líquida": significa (i) o saldo devedor de principal e juros de



empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras e com terceiros, incluindo operações de mercados de capitais, e dívidas de terceiros garantidas pela Emissora e/ou suas subsidiárias, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas publicadas da Emissora, reduzida do saldo de caixa e aplicações financeiras da Emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas publicadas da Emissora.

"EBITDA": representa o lucro operacional da Emissora (consolidado e de acordo com as regras contábeis vigentes pelo IFRS) antes dos impostos e contribuições sociais, despesas financeiras, depreciação e amortização no período, excluindo do cálculo (a) ganhos ou perdas extraordinárias, (b) receitas financeiras, (c) ganho ou perda com venda de propriedade, (d) equivalência patrimonial, (e) participação dos acionistas minoritários, (f) qualquer item sem efeito caixa deduzido ou somado ao cálculo do lucro antes dos impostos, incluindo provisões diversas e ganho ou perda com variação cambial e correção monetária sobre empréstimos e (g) qualquer receita ou despesa relacionada à variação cambial ou correção monetária.

6.14 A Companhia obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.15 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "k", "l", "m", "n", "o", "p", "q", "r", "v" e "z" do item 6.13 acima, deverá ser informada pela Companhia aos Debenturistas, nos termos do item 6.29, e ao Agente Fiduciário na mesma data de sua ocorrência. Em todos os casos previstos neste item, após a comunicação feita pela Companhia aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, ocorrerá o vencimento antecipado automático imediato das Debêntures, devendo a Companhia efetuar o respectivo pagamento, na forma do item 6.13, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da respectiva comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

6.16 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado, desde que não aqueles previstos no item 6.15 acima, que deverão ser informados em até 1 (um) Dia Útil pela Companhia ao Agente Fiduciário, sendo que este deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência ou for informado dela pela Companhia, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, a fim de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado.

6.17 A assembleia dos Debenturistas a que se refere o item anterior somente poderá determinar que o evento ocorrido não enseje um vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas ou, ainda, em caso de instalação, mas não aprovação por insuficiência de quórum de votação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

6.18 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.19 O Agente Fiduciário ou os Debenturistas poderão acompanhar, pessoalmente ou mediante contato telefônico, a ocorrência de fatos que ensejam o vencimento antecipado das Debêntures junto à Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 11857, 15º andar, CEP 04578-90, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou pelo telefone (+55 11) 5503-9600; e ao Agente Fiduciário, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou pelo telefone (21) 3385-4565.

6.19.1. A CETIP deverá ser informada na mesma data em que for declarado Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.20 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.
- II. *juros remuneratórios:* Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página



na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, conforme definido abaixo, ou na data de pagamento em decorrência da declaração de vencimento antecipado. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, da Data de Integralização, inclusive, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

nDI = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "nDI" um número inteiro;



k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até nDI;

$TDI_k$  = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,3000;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casa decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.20.1 *Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures.* A remuneração das Debêntures será paga semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do final do primeiro semestre, sendo o primeiro pagamento em 21 de setembro de 2014 e o último na Data de Vencimento ou, conforme o caso, por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo ou Vencimento Antecipado.

6.20.2 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIs a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.20.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.20.3 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, a assembleia geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por



escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

II. a Companhia deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, sendo certo que após o pagamento da última parcela a Companhia deliberará acerca do cancelamento da Emissão. O cronograma deverá ser comunicado previamente à CETIP, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de seu início, por meio de correspondência da Companhia com o "de acordo" do Agente Fiduciário, acompanhado dos documentos necessários. O cronograma não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Companhia até a integral quitação das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas, e apresentada à Companhia na assembleia geral de Debenturistas prevista acima.

6.21 ~~Repactuação Programada~~. Não haverá repactuação programada.

6.22 ~~Resgate Antecipado Facultativo~~. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, pela Emissora, no todo ou em parte, mediante deliberação em assembleia geral de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações ("**Resgate Antecipado**"). O Resgate Antecipado será realizado de acordo com as seguintes disposições:

(i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e à CETIP, além de publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos das disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado ("**Data da Liquidação**");

(ii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o pagamento do seu saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo



resgate antecipado.

(iii) a comunicação de Resgate Antecipado prevista acima deverá contemplar a data de tal Resgate Antecipado; o valor objeto de tal Resgate Antecipado; e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

(iv) caso as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP; e

(v) na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio a ser definido pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "Operação de compra e venda definitiva no mercado secundário" sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.22.2 As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

6.22.3 Não haverá resgate antecipado obrigatório pela Companhia.

6.23 ~~Aquisição~~ *Facultativa*. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

6.24 *Encargos Moratórios*. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória não compensatória de

2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("**Encargos Moratórios**").

6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.26 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme às Debêntures estejam custodiadas na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

6.27 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.28 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.29 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso aos Debenturistas, no DOEA e no Diário do Comércio de Manaus, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande Circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.



6.30 *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

para a Companhia:

**Caloi Norte S.A.**

Avenida das Nações Unidas, 11857, 15º andar  
São Paulo – SP

At.: Sr. Adriano Nascentes

Telefone: (11) 5503-9599

Fac-símile: (11) 5505-7444

Correio Eletrônico: anascentes@caloi.com

para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca  
22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro and Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

### 7.1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Companhia e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) de declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escrita de Emissão.

### II. fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;

(b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada às Debêntures e/ou a um Evento de Vencimento Antecipado; e

(c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada.

(d) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 2 (dois) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas/sócios da Emissora, que excedam o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

### III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo



em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou pelas Controladas;

VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;

VIII. não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;

IX. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

X. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1. acima;

XI. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;

XII. observado o disposto na Cláusula 8.5 abaixo, inciso XIV abaixo, a Companhia obriga-se a partir desta data a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora,

conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na Cláusula 8.5, inciso XV abaixo;

XIII. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XIV;

XIV. notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;

XV. observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476: (i) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas e completas, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos, (ii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, (iii) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário, (iv) fornecer prontamente todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM, pela CETIP ou pelo Agente Fiduciário;

XVI. observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476, uma vez que o Agente Fiduciário notifique a Companhia acerca da possibilidade da negociação das Debêntures no mercado secundário;

XVII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada

XVIII. notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

XIX. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

XX. adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir



eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com as Emissões. Obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, inclusive atendendo aos Princípios do Equador III; e

XXI. manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades.

#### 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;

III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;

VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;

VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

XI. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e

XII. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de



suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 8º e 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, no caso de ser realizada em caráter permanente;

VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

(a) correspondente à parcelas anuais de R\$3.000,00 (três mil reais) por ano, devida pela Companhia durante a vigência das Debêntures, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais

parcelas sempre no mesmo dia dos anos subsequentes. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente;

(b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do IGPM/FGV, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário;

(c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, hipóteses em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, reajustado conforme a alínea (b) acima; e

(e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, ficando o respectivo valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;



(d) locomoções entre cidades e Estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar, inclusive, garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, que não as

especificadas nesta Escritura como de responsabilidade da Companhia e/ou do Debenturista, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;

III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;

IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;

VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incorrência da Companhia no descumprimento de obrigação não pecuniária;

VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

X. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;

XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;



XII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;

XIII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XIV. elaborar e colocar à disposição relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;

(b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;

(d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate, amortização e pagamentos de juros realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo

econômico da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do coordenador líder;

XVI. divulgar as informações referidas no item (j) acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 0 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;

XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e

XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos,. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;

XXII. disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos



investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou seu *website*.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.13 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.12, 6.13, 6.15, 6.16 e 6.17 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso I, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.7 O Agente Fiduciário declara ainda que na data de assinatura desta Escritura de Emissão e conforme organograma encaminhado pela Emissora, não presta serviços de agente fiduciário para outras sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia.

## 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 0 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade mais uma das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.6.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) desta Cláusula e/ou de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; ou (h) de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de perdão temporário ou renúncia.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão e de constituição de quorum, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria ou pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Companhia; (iii) a qualquer Controlada; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro, nos termos da legislação em vigor, ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de



Debenturistas.

9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.11 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.12 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

#### 10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures, e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

III. as pessoas que a representa na assinatura desta Escritura de Emissão e das Debêntures têm poderes bastantes para tanto;

IV. esta Escritura de Emissão, as Debêntures e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Debêntures, e o

cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta, (i) não infringem seu estatuto social; (ii) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (iii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia; e (iv) não resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (c) rescisão de qualquer destes instrumentos;

VI. as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do pedido de registro na CETIP, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Companhia por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;

VII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, ou às Debêntures não divulgados cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;

VIII. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

IX. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha ou possa ter um efeito adverso relevante na capacidade de pagamento, pela Companhia, das Debêntures, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

X. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, além daqueles mencionados nas Demonstrações Financeiras; (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Companhia, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou as Debêntures;

XI. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão;



XII. não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;

XIV. não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira em prejuízo dos Debenturistas;

XV. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados das Debêntures; e

XVI. até a presente data, nem a Companhia e nem qualquer uma de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum ("**Afiliadas**"), diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas Afiliadas ("**Representantes**"): (i) usou os recursos da Companhia e/ou de suas Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando a, a Lei nº 12.846/13, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável; (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal.

10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão, incompletude, insuficiência ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações aqui prestadas

seja inverídica, incorreta ou incompleta na data em que foi prestada.

## 11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e de suas garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos



termos desta Escritura de Emissão.

12.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia.

12.8 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura de Emissão, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

### 13. FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 18 de março de 2014.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)  
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Página de Assinatura 1/3 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única da 1ª emissão da Caloi Norte S.A.

CALOI NORTE S.A.

Nome: Adriana F. Nascentes  
Cargo: Diretora Financeira

Nome: Eduardo Musa  
Cargo: Superintendente

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO 30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA  
Av. Padre Antônio José dos Santos, 1568 / 1572 - CEP 04563-004 - Brooklin - São Paulo - SP - Tel: (11) 4506-3030  
REGISTRADOR E TABELIÃO DINAMARCO

Reconheço, por semelhança, as firmas de: (1) ADRIANA FERNANDES NASCENTES e (1) EDUARDO MUSA, em documentos com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 18 de março de 2014.  
Em Teste da verdade. Cód. [1919202518091101053134-5282]

VALTER OLIVEIRA DO NASCIMENTO - ESCRIVENTE ( taxa total de R\$ 13,00)  
Selo(s): 1 Ato: AB-913008; AB-913009



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAPÁ  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/04/2014  
SOB Nº: ED000221000  
Protocolo: 14/023464-0  
Empresa: 13 3 0000320 1  
CALOI NORTE S/A  
Raimundo Cavalcante Lima  
SECRETÁRIO GERAL



Página de Assinatura 2/3 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da 1ª emissão da Caloi Norte S.A.

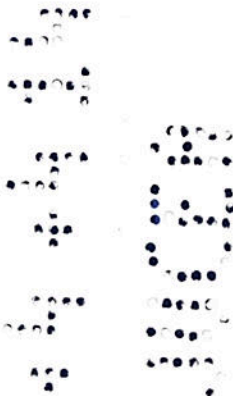


**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

*Rosane Basilio*



Nome: Rosane da Silva Basilio  
Procuradora  
Cargo: RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60



CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
DEL HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: ROSANE DA SILVA BASILIO, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.  
São Paulo, 18 de Março de 2014  
Em testemunho da verdade.  
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizada  
1403181624464 ;Firma:R\$ 6,80;Total:R\$ 6,80


CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Al. Santos, 1470  
Elaine Xavier Fialho  
Escrevente Autorizada

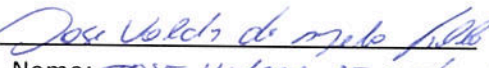


1

Página de Assinatura 3/3 - Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única da 1ª emissão da Caloi Norte S.A.

Testemunhas:

  
Nome: EDILSON MINGO de oliveira  
CPF/MF: 138.719.402-10

  
Nome: JOSE VALDIR DE MELO FILHO  
CPF/MF: 344.994.822-91

